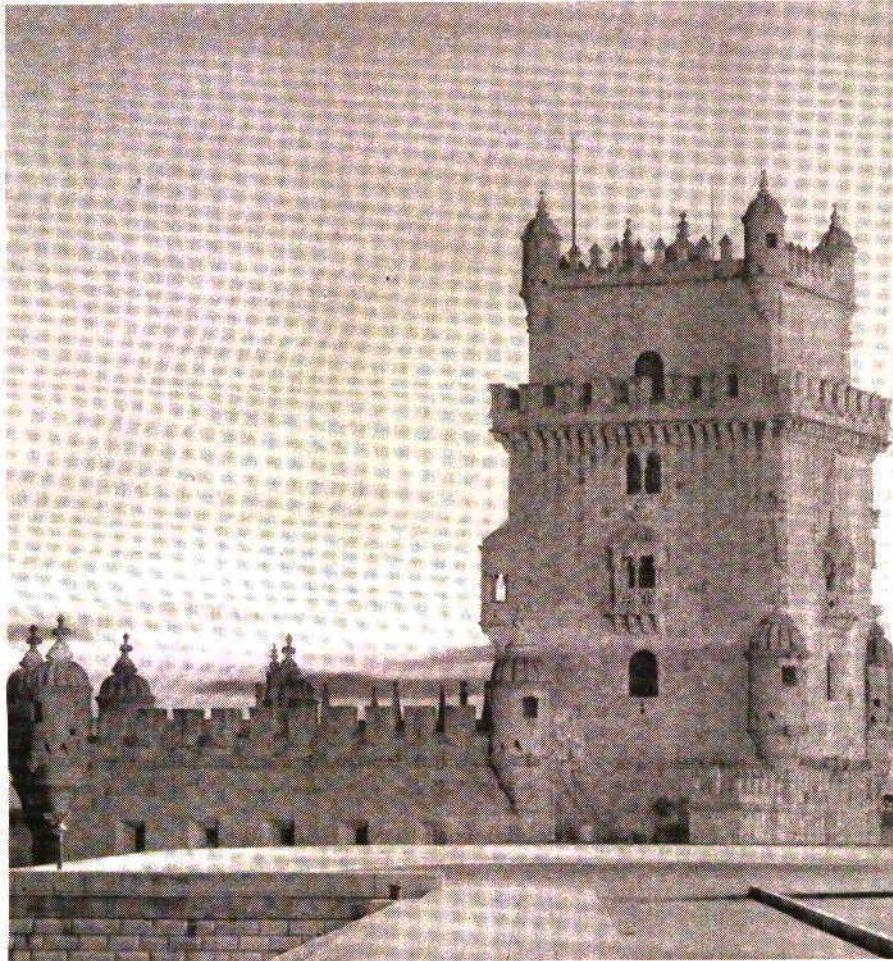




Carga fiscal estrangula setor do turismo



Portugal depende, em grande medida, da atividade turística. Um setor que está em crescimento acelerado e que representa milhões de euros para os cofres do Estado. Mas os operadores turísticos estão preocupados. A carga fiscal é esmagadora e há investimentos que não avançam sobretudo por essa razão. Na base da atividade está um crescimento que chega aos dois dígitos, mas muito mais poderia ser feito, não fosse uma tributação desadequada e excessiva.

Verificou-se unanimidade sobre este tema durante mais uma conferência Iniciativa Privada, da responsabilidade da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, que desta vez teve lugar na cidade de Viseu. Frederico Costa, o homem forte da Visabeira Turismo, não poupou críticas ao regime fiscal que estrangula

um setor de enorme potencial. O Estado deve ser meramente um regulador e um facilitador, deixando a criação de riqueza às empresas. “Pior ainda é quando coloca entraves. Nomeadamente fiscais. O turismo tem estado sob uma carga fiscal inaudita. A que acresce os graves erros de investimento verificados no passado.”

O responsável da empresa com sede em Viseu não deixou ainda de criticar o que se está a passar ao nível dos fundos comunitários. Tendo em conta que o Portugal 2020 é o quadro comunitário mais importante de sempre, deveria ser simples e não o é. Só o enquadramento tem perto de setenta páginas. De uma maneira geral, os empresários do setor assumem que a redução do IRC não trará grandes alívios para as empre-

Estado deve ser meramente um regulador e um facilitador, deixando a criação de riqueza às empresas

sas, a maioria das quais está no limite da sobrevivência. Por outro lado, a ter impacto, essa descida dirá respeito essencialmente aos grupos de maiores dimensões.

A (in)justiça fiscal

As críticas não se ficam por aqui, a justiça fiscal é outra preocupação para os operadores turísticos. O exemplo avançado por Vítor Leal revela bem como as coisas podem não ser exatamente o que parecem. O administrador das Termas de São Pedro do Sul quis deixar uma mensagem clara sobre o estado da justiça fiscal no nosso país. “Uma inspeção de Finanças exigiu que a empresa termal liquidasse quatro milhões de euros em IVA, isto depois de em 2010 ter ficado isenta deste tributo.”

Vítor Leal mostrou-se indignado e admite que outras empresas estejam a passar pela mesma situação. Não é compreensível como é que a mesma entidade muda de opinião e coloca-se a questão pertinente de saber se são os inspetores que fazem distinções em termos de legislação fiscal. Naturalmente, as termas impugnaram a decisão, “mesmo sabendo que o recurso a advogados vai ter fortes custos associados.”

Manuel dos Santos, da OTOC, como tem sido seu timbre, lamentou ao que se chegou. Na sua opinião, a imprevisibilidade fiscal é ainda maior do que a carga fiscal. O dirigente defende a urgência de “um contrato de cidadania fiscal”. Aliás, se a iniciativa privada estiver deprimida, não há planos de apoio europeus que funcionem.